

APRESENTAÇÃO

“Todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”
Art. 3ª da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Os direitos humanos, surgem, para combater violações de toda ordem, na busca pela convivência harmoniosa e pacífica entre as pessoas em todo o mundo, visto alto grau de desrespeito ao sujeito, em especial aqueles que fazem parte de grupos mais vulneráveis. O **Dossiê Direitos Humanos em Foco** é desdobramento do **II Curso de Extensão em Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências** ocorrido entre agosto e novembro de 2022. Uma parceria entre UNEB (Universidade do Estado da Bahia), Campus XX/Brumado, Grupo de Pesquisa Diálogos Interdisciplinares em Direitos Humanos, Revista Direito no Cinema e o Canal Prof. Jeu TV Conceito. As aulas trouxeram temas como Meio ambiente e agroecologia: trabalho e renda; Gênero, raça e vulnerabilidades; Segregação dos espaços urbanos: uma questão de violência; Pobreza e (in)segurança alimentar em tempos de pandemia e guerra. O dossiê é composto por seis artigos.

O primeiro artigo **“A vulnerabilidade da juventude negra periférica no filme Cidade de Deus e a violação de direitos fundamentais”** faz uma análise do filme Cidade de Deus destacando as dificuldades sociais enfrentadas por jovens negros de comunidades periféricas, o contexto de violência em que estão inseridos e violações de direitos por estes sofridos. Discute ainda, a responsabilidade do Estado no combate à criminalidade e as consequências em razão da ausência na garantia de direitos.

O segundo artigo, **“Vulnerabilidades, democracia e cinema: segregação e necropolítica em a vida e morte de Marsha P. Johnson ”** aborda a questão da luta da população trans inserida num contexto em que o Estado legitima a morte e o ódio as minorias, em especial as pessoas trans. A discussão tem como aporte a teoria necropolítica. Reflete que apesar de avanços em conquistas sociais, há um desrespeito a dignidade humana das pessoas trans em descompasso ao que deveria prevalecer num estado democrático de direito. O trabalho perpassa a realidade do personagem em busca de justiça no caso da sua identidade de gênero, por se reconhecer mulher trans considerando a realidade da população LGBTQUIA+ no contexto brasileiro na luta em defesa de direitos humanos fundamentais.

O terceiro artigo **“O filme Moonlight: sob a luz do luar e a retratação da autodescoberta em meio a violência e o enclausuramento”**, analisa a pluralidade de violências no contexto da sociedade atual, construída a partir da segregação e

estratificação social pautadas no sexismo, racismo e marginalização de grupos sociais a partir de um ambiente hostil, filtrado em torno de um código moral de conduta que impõe determinada forma de sobrevivência no universo do subúrbio. O artigo traz discussão sobre questões relacionadas a sexualidade e autodescoberta fazendo uma abordagem interseccional entre raça, sexualidade e violência relacionada a pessoas em situação de vulnerabilidade.

O quarto artigo **“Os desafios da presença feminina na política”**, traz uma abordagem importante sobre a participação da mulher na disputa de cargos públicos, especialmente em cargos políticos eleitorais. As barreiras históricas de subjugação, discriminação e violência política se prolongam, apontando a necessidade do Estado brasileiro de promover políticas públicas que garanta os direitos fundamentais das mulheres e seu protagonismo em cargos públicos.

O quinto artigo **“Guerra da Ucrânia: a crise ucraniana sob o olhar do filme Inverno em Chamas e as principais implicações da invasão Russa de 2022”**, reflete sobre o conflito armado e os eventos envolvendo os dois países, fazendo considerações jurídicas, políticas e econômicas. Analisa os eventos do filme “Inverno em Chamas: A Luta pela Liberdade da Ucrânia” (2015), buscando contextualizar a crise política entre os dois países. Fala da tensão imposta pela guerra e violação dos direitos humanos e soberania de Estado, um flagrante desrespeito as normativas internacionais.

O sexto artigo **“Illegal: a vida não espera – uma análise documental sobre a trajetória da cannabis como promissora para a população”**, faz análise do documentário apresentado pela Revista Super Interessante e a história da luta de uma mãe que recorre na justiça o direito de ter acesso ao uso lícito do canabinoil para o tratamento da doença rara de sua filha. Reflete, as medidas de regulamentação do uso da cannabis como saúde pública e discute questões políticas, culturais e ideológicas, que envolve o proibicionismo que leva o ódio e estigmatização desta planta.

Desta forma, o dossiê permite reflexões sobre obras cinematográfica com ancoragem na Ciência Jurídica, além de contribuir para difusão de conhecimento e reforçar a produção acadêmica.

Organizadoras: Jerusa de Arruda¹ e Alzeni de Freitas Tomáz².

¹ Professora da UNEB; Mestre em Direito (UFPE); Membro do Grupo de Pesquisa Diálogos Interdisciplinares em Direitos Humanos; Coordenadora do II Curso de Extensão em Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências. E-mail: jarruda@uneb.br.

² Doutoranda e Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental -UNEB; Membro da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH e Instituto Ação; Membro do Grupo de Pesquisa Diálogos Interdisciplinares em Direitos Humanos. E-mail: alzeni@efa.g12.br